STJ00104478

ANTONIO CARLOS MARCATO

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

16ª EDIÇÃO

REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

gen | atlas

STJ00104478

■ A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

■ Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2016 by
EDITORA ATLAS LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

■ O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

■ A Editora Atlas passou a publicar esta obra a partir da 10ª edição.

■ Capa: Danilo Oliveira

■ Fechamento desta edição: 31.05.2016

■ DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Marcato, Antonio Carlos

Procedimentos especiais / Antonio Carlos Marcato. – 16. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia.
ISBN 978-85-97-00720-6

1. Processo civil – Brasil I. Título.

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil:Procedimentos especiais: Processo civil 347.919(81)

04,0655 CDU-347.919(81)

106

STJ00104478

SUMÁRIO

TÍTULO I

NOÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I – OS INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL 3

I – Jurisdição 3

1. Conceito e natureza jurídica 3
2. Características da jurisdição 6
3. Jurisdição civil 7
4. Características da jurisdição voluntária 10

II – Direito de ação 12

5. Conceito e natureza jurídica 12
6. Condições da ação 15
7. Elementos da ação 20
8. Reconvenção 26

III – Direito de defesa 30

9. Conceito 30
10. Contestação 31

IV – Processo 45

11. Introdução 45
12. Relação jurídica processual e sujeitos do processo 48
13. Pressupostos processuais 48
14. Categorias processuais 50

STJ00104478

15. Formação do processo 51
16. Suspensão do processo 59
17. Extinção do processo 65

CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO 69

I – Introdução 69
18. Conceito de procedimento 69
19. Categorias procedimentais 71
20. Princípio da adaptabilidade do procedimento e negócio processual 71

II – Procedimentos especiais 73
21. Generalidades 73
22. Algumas características dos procedimentos especiais 74
23. Os procedimentos especiais do Novo Código de Processo Civil 76

TÍTULO II

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS CONTENCIOSOS

CAPÍTULO I – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO 81

I – Introdução 81
24. O pagamento por consignação como modo anormal de extinção da obrigação 81
25. Situações autorizadoras do pagamento por consignação 82
26. Depósito extrajudicial e hipóteses de cabimento 85

II – A ação de consignação em pagamento 89
27. Extinção da obrigação pela via judicial 89
28. A ação de consignação em pagamento 89
29. Foro e juízo competentes 90
30. Ação de consignação em pagamento e prestações sucessivas 91
31. Valor da causa 93
32. Depósito judicial 93
33. Citação do réu 94

STJ00104478

34. Direito de escolha da coisa devida 95
35. Defesas do réu 96
36. Complementação do depósito 98
37. Ação de consignação em pagamento fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito 100
38. Natureza da sentença 102
39. Enfiteuse civil e enfiteuse administrativa: resgate do aforamento 103
» Fluxograma 1 – Procedimento do Depósito Extrajudicial 104
» Fluxograma 2 – Procedimento da Ação de Consignação em Pagamento 105
» Fluxograma 3 – Procedimento da Ação de Consignação em Pagamento Fundada na Dúvida Quanto à Titularidade do Crédito 106
» Fluxograma 4 – Procedimento da Ação de Consignação em Pagamento de Aluguéis e Encargos da Locação 107

CAPÍTULO II – AÇÃO DE EXIGIR CONTAS 108
40. Introdução 108
41. Natureza dúplice da ação de exigir contas e a legitimidade *ad causam* 108
42. Interesse de agir em juízo 110
43. Procedimento da ação de exigir contas 110
44. As contas apresentadas pelas partes 112
45. Prestação de contas por dependência 113
» Fluxograma 5 – Procedimento da Ação de Exigir Contas 114

CAPÍTULO III – AÇÕES POSSESSÓRIAS 115

I – Introdução 115
46. Conceito de posse 115
47. Natureza jurídica e classificação da posse 116

II – As ações possessórias: generalidades 117
48. A tutela possessória 117
49. Fungibilidade das ações possessórias 118

STJ00104478

50. Litisconsórcio passivo multitudinário 119
51. Cumulação de pedidos possessórios 120
52. Natureza dúplice das ações possessórias 120
53. Exceção de domínio 121
54. Adequação procedimental 124
55. Prestação de caução pelo autor 124
56. Competência para as ações possessórias 125
57. Legitimados para as ações possessórias 125

III – As ações de manutenção e de reintegração da posse 126
58. Introdução 126
59. Petição inicial e a prova da ofensa à posse 127
60. Justificação prévia da posse 127
61. Concessão liminar da tutela possessória 128
62. Inadmissibilidade de concessão de medida *inaudita altera parte* 129
63. Citação e resposta do réu 130
64. Audiência de mediação nos litígios coletivos pela posse ou pela propriedade de imóvel 131
65. Adoção do procedimento comum 132

IV – O interdito proibitório 133
66. Introdução 133
67. Legitimidades ativa e passiva para o interdito proibitório 133
68. Procedimento do interdito proibitório 133
» Fluxograma 6 – Procedimento das Ações Possessórias 134
» Fluxograma 7 – Procedimento das Ações Possessórias Envolvendo Litígio Coletivo 135

CAPÍTULO IV – AÇÃO DE DIVISÃO E AÇÃO DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES 136
I – Introdução 136
69. As ações demarcatória e divisória de terras particulares 136
70. Natureza dúplice das ações demarcatória e divisória 138
71. Legitimidades ativa e passiva para a ação demarcatória 139
72. Legitimidades ativa e passiva para a ação divisória 140

STJ00104478

73. Foro competente 140
74. A eficácia das sentenças divisórias e demarcatórias 140
75. Cumulação de demandas 141
76. Demarcação e divisão consensuais 141
77. As ações dos confinantes prejudicados com a demarcação 142
78. A dispensa da prova pericial de imóvel georreferenciado 144

II – Ação demarcatória 145
79. Petição inicial 145
80. Ação demarcatória proposta por condômino 145
81. Citação dos réus 146
82. Postura dos réus 146
83. Adoção do procedimento comum 147
84. A prova pericial 147
85. Apresentação do laudo pericial 148
86. Julgamento do pedido demarcatório 149
87. Execução material da sentença de demarcação 149
88. O encerramento da execução material da sentença demarcatória 149
89. Sentença homologatória da demarcação 150

III – Ação divisória 150
90. Petição inicial 150
91. Citação, postura dos réus e julgamento do pedido divisório 150
92. Produção de prova pericial 151
93. Formulação dos pedidos de quinhões 151
94. Manifestação das partes sobre o laudo pericial 151
95. A exigência de respeito às benfeitorias permanentes 152
96. Ação de restituição de terrenos usurpados 152
97. O plano de divisão 154
98. A decisão de deliberação de partilha do imóvel 154
99. Execução material da divisão 154
100. Sentença homologatória da divisão 155
101. Disposições comuns 155
» Fluxograma 8 – Procedimento da Ação Divisória 156
» Fluxograma 9 – Procedimento da Ação Demarcatória 157

STJ00104478

CAPÍTULO V – AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 158

102. Introdução 158
103. As hipóteses de dissolução parcial da sociedade 160
104. A dissolução parcial da sociedade composta por apenas dois sócios 162
105. As ações de dissolução parcial de sociedade em sentido amplo..... 162
106. A legitimidade *ad causam* para as ações de dissolução parcial de sociedade e/ou de apuração de haveres 164
107. O procedimento da ação de dissolução ou resolução parcial da sociedade..... 165
108. O procedimento da ação de apuração de haveres 167
109. A fase de apuração de haveres..... 167
110. A fixação da data da resolução da sociedade 167
111. A definição do critério de apuração de haveres..... 168
112. A prova pericial..... 169
113. A conclusão da perícia de apuração de haveres..... 169
114. Pagamento dos haveres 169

» Fluxograma 10 – Procedimento da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade..... 170

CAPÍTULO VI – INVENTÁRIO E PARTILHA 171

I – Introdução 172

115. O procedimento do inventário na legislação brasileira 172

II – O inventário 172

116. Introdução 172
117. O espólio 173
118. Inventário e partilha extrajudiciais..... 173
119. Inventário negativo..... 174
120. Prazos para a abertura e encerramento do inventário..... 175
121. A resolução de questões de alta indagação..... 176
122. Administrador provisório..... 176

III – Procedimento do inventário..... 177

123. Foro e juízo competentes 177
124. Legitimidade para requerer o inventário..... 178

STJ00104478

125. Inventariante 180
126. Incumbências do inventariante 181
127. Remoção do inventariante 183
128. Primeiras declarações 184
129. Citação dos interessados 185
130. Intimação da Fazenda Pública e do Ministério Público 185
131. Impugnação às primeiras declarações 186
132. Admissão do interessado preterido 186
133. Avaliação dos bens 187
134. Laudo avaliatório e últimas declarações 188
135. Cálculo do imposto de transmissão *causa mortis* 188
136. Colação 189
137. Sonegação 191
138. Pagamento das dívidas 193
139. Habilitação do credor do espólio 194

IV – Partilha 194
140. Conceito de partilha 194
141. Modalidades de partilhas 196
142. Partilha em vida 197
143. Partilha judicial 197
144. Regras para a definição da partilha 198
145. Reserva de bens ao nascituro 200
146. Esboço de partilha judicial 200
147. Manifestação dos interessados sobre o esboço de partilha 203
148. Elementos componentes da partilha judicial 203
149. Julgamento da partilha judicial 203
150. Formal de partilha 204
151. Emenda da partilha 204
152. Anulação da partilha amigável 204
153. Rescisão da partilha judicial 205

V – Arrolamento 206
154. Conceito de arrolamento 206
155. Modalidades de arrolamentos e seus requisitos 207

STJ00104478

156. Procedimento do arrolamento sumário 207
157. Procedimento do arrolamento comum 209
158. Anulação e rescisão da sentença de partilha no arrolamento 210
159. Dispensa de inventário ou de arrolamento 210
160. Aplicação subsidiária das normas do inventário ao arrolamento 211

VI – Disposições comuns ao inventário e ao arrolamento 211
161. Introdução 211
162. Cessação da eficácia das medidas provisórias de urgência 211
163. Sobrepartilha 212
164. Curatela do herdeiro ausente ou incapaz 213
165. Cumulação de inventários 214
166. Habilitação de herdeiro representante 214
» Fluxograma 11 – Procedimento do Inventário (I) 215
» Fluxograma 12 – Procedimento do Inventário (II) 216
» Fluxograma 13 – Procedimento de Colações 217
» Fluxograma 14 – Procedimento de Pagamento das Dívidas 218
» Fluxograma 15 – Procedimento da Partilha Judicial 219
» Fluxograma 16 – Procedimento do Arrolamento Sumário 220
» Fluxograma 17 – Procedimento do Arrolamento Comum 221

CAPÍTULO VII – EMBARGOS DE TERCEIRO 222
167. Responsabilidade patrimonial 222
168. Legitimidades ativa e passiva para a ação de embargos de terceiro 223
169. Finalidades dos embargos de terceiro 226
170. Momentos para a oposição dos embargos de terceiro 228
171. Juízo competente 228
172. Ajuizamento dos embargos e citação do embargado 228
173. Suspensão das medidas constritivas e a manutenção ou reintegração do embargante na posse do bem 229
174. Contestação e adoção do procedimento comum 230
175. Julgamento dos embargos de terceiro 230

STJ00104478

176. Embargante com garantia real 231
» Fluxograma 18 – Procedimento dos Embargos de Terceiro 232

CAPÍTULO VIII – OPOSIÇÃO 233
177. Natureza jurídica da oposição 233
178. Modalidades de oposição 234
179. Oposição e embargos de terceiro 236
180. A facultatividade da oposição 236
181. Propositura da oposição: petição inicial e citação dos opostos 237
182. A relação litisconsorcial 238
183. Os comportamentos dos opostos 239
184. A relação de prejudicialidade entre a oposição e a ação original 241
» Fluxograma 19 – Procedimento da Oposição 242

CAPÍTULO IX – HABILITAÇÃO 243
185. Conceito de habilitação 243
186. A habilitação voluntária 244
187. A habilitação compulsória 244
188. A inércia dos interessados na habilitação 244
189. A legitimidade para requerer a habilitação compulsória 245
190. A habilitação nos autos do processo principal 245
191. Processamento da ação de habilitação 246
192. Julgamento do pedido de habilitação 247
193. Sentença de habilitação 247
» Fluxograma 20 – Procedimento da Habilitação 248

CAPÍTULO X – AÇÕES DE FAMÍLIA 249
194. A família nas Constituições brasileiras 249
195. Natureza jurídica do Direito de família 252
196. As denominadas *ações de família* 253
197. Procedimentos judiciais das ações de família 254
198. O procedimento estatuído pelo Novo Código de Processo Civil 254
199. A busca de solução consensual para a resolução do litígio 254

STJ00104478

200. Citação e posturas do réu 256
201. Fracionamento da audiência 257
202. Adoção do procedimento comum 257
203. A intervenção do Ministério Público 257
204. Abuso ou alienação parental 258
» Fluxograma 21 – Procedimento das Ações de Família 259

CAPÍTULO XI – AÇÃO MONITÓRIA 260
205. Introdução 260
206. A ação monitória no Novo Código de Processo Civil 265
207. Competência para a ação monitória 265
208. Inadmissibilidade de ação monitória em face de incapaz 266
209. Legitimidade para a ação monitória e o seu objeto 266
210. Exigência de prova escrita 269
211. Valor da causa 271
212. Indeferimento da petição inicial 271
213. Citação do réu 272
214. O mandado monitório: conceito e natureza jurídica 272
215. Cumprimento voluntário do mandado monitório 273
216. Inércia do réu e a conversão do mandado monitório em título executivo judicial 274
217. Inércia da Fazenda Pública 275
218. Embargos ao mandado monitório 275
219. Eficácia do mandado monitório 277
220. Rejeição liminar dos embargos 277
221. Embargos parciais 278
222. Respostas do embargado 279
223. Ônus da prova 279
224. Julgamento dos embargos 280
225. Recurso 281
226. Cabimento de ação rescisória 281
227. Sanções por litigância de má-fé 282
228. A execução do título executivo judicial 282
» Fluxograma 22 – Procedimento da Ação Monitória 283

STJ00104478

CAPÍTULO XII - HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 284
229. Introdução 284
230. Conceito de penhor legal 284
231. Situações autorizadoras do penhor legal 285
232. O procedimento homologatório do penhor legal 285
233. Citação e posturas do réu 286
234. Audiência preliminar e conversão do procedimento 288
235. Homologação do penhor legal e a consolidação da posse sobre o bem empenhado 288
236. Negativa de homologação do penhor legal 288
237. Recurso 288
» Fluxograma 23 – Procedimento de Homologação do Penhor Legal 289

CAPÍTULO XIII - REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA 290
238. Conceito de avaria grossa 290
239. Regulador de avarias e suas funções 292
240. Procedimento de regulação judicial de avaria grossa 292
241. Competência para o procedimento judicial de regulação de avaria grossa 292
242. Fases da regulação judicial de avaria grossa 293
243. Remuneração do regulador judicial 296
» Fluxograma 24 – Procedimento de Regulação de Avaria Grossa 297

CAPÍTULO XIV - RESTAURAÇÃO DE AUTOS 298
244. Introdução 298
245. Legitimados a promover a restauração 298
246. Situações particulares 299
247. Procedimento de restauração 299
248. Prosseguimento do processo nos autos restaurados 301
249. Restauração no tribunal 301
250. Responsabilidade pela necessidade de restauração 301
» Fluxograma 25 – Procedimento da Restauração de Autos 302

STJ00104478

PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS 305

251. Introdução: a jurisdição civil 305
252. A jurisdição voluntária 305
253. Características da jurisdição voluntária 307
254. O procedimento-padrão de jurisdição voluntária 309
255. Atuação do Ministério Público 310
256. Atuação da Defensoria Pública 311
257. A intervenção da Fazenda Pública 312
258. Citação e manifestação dos interessados 312
259. Ônus da prova 313
260. Julgamento 313
261. Recurso 314
262. Hipóteses de adoção do procedimento-padrão 314

» Fluxograma 26 – Procedimento Inominado dos Artigos 719 a 724 do Novo Código de Processo Civil 321

CAPÍTULO II – NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO 322

263. Introdução 322
264. Conceitos de interpelação e de notificação 322
265. Procedimento da notificação e interpelação judiciais 324
266. Protesto judicial 325
267. Inadmissão de defesa pelo requerido 326

» Fluxograma 27 – Procedimento da Notificação e da Interpelação 327

CAPÍTULO III – ALIENAÇÃO JUDICIAL 328

268. Introdução 328
269. Alienação judicial incidental e alienação judicial autônoma 330
270. Procedimento da alienação judicial incidental 330
271. O direito de preferência na alienação de bem comum 331

» Fluxograma 28 – Procedimento da Alienação Judicial (NCPC, art. 730) 333

STJ00104478

CAPÍTULO IV - DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO 334

I - O vínculo matrimonial e a sociedade conjugal 334

272. Introdução 334

II - Divórcio 335

273. Generalidades 335

274. Efeitos do divórcio 337

275. Registro da sentença de divórcio 338

III - Separação dos cônjuges 338

276. Separação legal 338

277. Efeitos da separação 338

278. Restauração da sociedade conjugal 339

279. Homologação do divórcio ou da separação consensuais 339

280. Partilha posterior dos bens do casal 340

IV - União estável 340

281. Introdução 340

282. Conceito de união estável 341

283. Pressupostos para a caracterização da união estável 342

284. Direitos e deveres dos companheiros 343

285. Conversão da união estável em casamento 344

286. Homologação da extinção consensual da união estável 344

287. Separação, divórcio e extinção da união estável pela via administrativa 344

V - Regime de bens entre cônjuges 345

288. Introdução 345

289. Princípios regentes do regime de bens 346

290. Gestão patrimonial 347

291. Pacto antenupcial 351

292. Regime de comunhão parcial de bens 352

293. Regime de comunhão universal de bens 355

294. Regime de participação final nos aquestos 357

STJ00104478

295. Regime de separação total de bens 359
296. Procedimento judicial para a alteração do regime de bens do casamento 361
» Fluxograma 29 – Procedimento do Divórcio e da Separação Consensuais 362
» Fluxograma 30 – Procedimento para a Alteração do Regime de Bens do Matrimônio 363

CAPÍTULO V – TESTAMENTOS E CODICILOS 364
297. Conceito de testamento 364
298. Modalidades testamentárias 365
299. Procedimentos para o cumprimento de testamentos 367
300. Procedimento de abertura, registro e cumprimento do testamento cerrado (NCPC, art. 735) 367
301. Procedimento para o cumprimento de testamento público 368
302. Procedimento de confirmação do testamento particular 368
303. Busca e apreensão do testamento 370
304. Procedimento para o cumprimento dos testamentos especiais e do codicilo 370
305. Execução do testamento ou do codicilo 371
» Fluxograma 31 – Procedimento de Abertura, Registro e Cumprimento dos Testamentos Cerrado e Público 376
» Fluxograma 32 – Procedimento de Confirmação, Registro e Cumprimento dos Testamentos Particulares e Especiais e do Codicilo 377

CAPÍTULO VI – HERANÇA JACENTE 378
306. Conceito de herança jacente 378
307. Arrecadação da herança jacente 379
308. Curatela dos bens arrecadados 380
309. Procedimento da arrecadação 381
310. Cancelamento ou suspensão da arrecadação 381
311. Encerramento da arrecadação 382
312. Habilitação do interessado na herança jacente 382
313. Alienação de bens 383

STJ00104478

314. Declaração de vacância 384
» Fluxograma 33 – Procedimento de Arrecadação de Herança Jacente 386

CAPÍTULO VII – BENS DOS AUSENTES 387

I – Conceito de ausência civil 387
315. Introdução 387
316. Fases da declaração de ausência 387

II – Curadoria do ausente e arrecadação de seus bens 388
317. Procedimento de arrecadação 388
318. Legitimidade para requerer a arrecadação 389
319. Justiça competente para a declaração de ausência 389
320. Foro competente para a declaração de ausência 389
321. Curadoria do ausente 389
322. Cientificação da arrecadação 390
323. Cessação da curadoria do ausente 390

III – Sucessão provisória 390
324. O decurso do prazo 390
325. Legitimidade para requerer a abertura provisória da sucessão 391
326. Citação dos interessados 391
327. Sentença de abertura provisória da sucessão e seus efeitos 391
328. Caução de restituição dos bens ao ausente 392
329. Restituição dos bens 392
330. Jacência da herança 392

IV – Sucessão definitiva 393
331. Conversão da sucessão provisória em definitiva 393
332. Efeitos da declaração de ausência 393
333. Declaração de ausência e morte presumida para fins previdenciários 394
» Fluxograma 34 – Procedimento de Declaração de Ausência 1ª Fase: A Curadoria do Ausente 395
» Fluxograma 35 – Procedimento de Declaração de Ausência 2ª Fase: A Sucessão Provisória do Ausente 396
» Fluxograma 36 – Procedimento de Declaração de Ausência 3ª Fase: A Sucessão Definitiva do Ausente 397

STJ00104478

CAPÍTULO VIII – COISAS VAGAS 398

334. Conceito de descoberta 398
335. O descobridor 399
336. Destinação a ser dada à coisa achada e a responsabilidade civil do descobridor 399
337. Fixação da recompensa devida ao descobridor 399
338. Instauração do procedimento judicial 400
339. Foro competente para o procedimento judicial de arrecadação... 400
340. Divulgação da descoberta 400
341. Reclamação da coisa achada 401
342. Participação do Ministério Público e da Fazenda Pública 401
343. Alienação da coisa achada 401
344. Adjudicação da coisa pelo descobridor 402
345. Bem deixado em estabelecimento comercial 402
346. Coisa produto de crime 402

» Fluxograma 37 – Procedimento de Arrecadação de Coisas Vagas 403

CAPÍTULO IX – CURATELA DE INTERDITOS 404

I – Conceito de interdição 404

347. Incapacidade civil 404
348. Pessoas incapazes e o Estatuto da Pessoa com Deficiência 404
349. Tomada de Decisão Apoiada 406
350. Situações particulares de incapacidade 408

II – Procedimento da interdição 409

351. Competência 409
352. Legitimidade ordinária para requerer a interdição 409
353. Legitimidade do Ministério Público 412
354. Petição inicial e seus requisitos 413
355. Curatela provisória 413
356. Citação e entrevista do interditando 414
357. Impugnação ao pedido de interdição 415
358. Produção de prova pericial 415

STJ00104478

359. Sentença de interdição 416
360. Curatela compartilhada 417
361. Efeitos da interdição 417
362. Levantamento da curatela e levantamento parcial da interdição 418
363. A extensão da autoridade do curador 419
364. A assistência a ser prestada ao interdito para a conquista de autonomia 420
365. A assistência a ser prestada ao interdito que não possa exprimir sua vontade 420
» Fluxograma 38 – Procedimento da Interdição 421
» Fluxograma 39 – Procedimento de Levantamento da Curatela 422

CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA 423
366. Representação legal dos incapazes 423
367. A figura do protutor 424
368. Compromisso para o exercício da tutela ou da curatela 424
369. Prestação de caução pelo tutor ou curador 424
370. Responsabilidade do juiz 425
371. Curatela do nascituro 425
372. Escusa do encargo 426
373. Procedimento para a escusa do encargo 426
374. Remoção do tutor ou do curador 427
375. Procedimento da remoção 427
376. Suspensão do encargo 427
377. Exoneração do encargo e prestação de contas 428
» Fluxograma 40 – Procedimento de Nomeação de Tutor ou de Curador 429
» Fluxograma 41 – Procedimento de Remoção do Tutor ou do Curador 430

CAPÍTULO XI – DA ORGANIZAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES 431
378. Conceito de fundação 431
379. Espécies de fundações 432

STJ00104478

380. Instituição da fundação privada e a necessidade de aprovação pelo Ministério Público 432
381. Alterações estatutárias 434
382. Extinção da fundação 435
» Fluxograma 42 – Procedimento da Organização e Fiscalização das Fundações 436
» Fluxograma 43 – Procedimento da Extinção da Fundação 437

CAPÍTULO XII – RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO 438
383. Introdução 438
384. Procedimento de ratificação judicial do protesto formado a bordo 439
385. O requerimento de ratificação 439
386. Instauração do procedimento 440
387. Audiência de instrução e sentença de ratificação 441
» Fluxograma 44 – Procedimento da Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo 442

BIBLIOGRAFIA 443

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 455